Macroeconomia

DESAFIOS PARA 2014

Rogério Mori*

A ECONOMIA brasileira inicia o ano de 2014 enfrentando um conjunto de desafios macroeconômicos de elevada proporção. Em praticamente todos os indicadores, tem-se verificado uma piora considerável ao longo do ano passado, e o Governo terá muito trabalho adiante caso queira colocar nossa economia nos eixos neste ano.

No âmbito da inflação, a variação registrada pelo IPCA em 2013 ficou muito próxima a 6%. Embora tenha se situado dentro do limite de tolerância estabelecido para o ano, este patamar ainda é significativamente superior ao centro da meta, de 4,5%. O mais preocupante é que não há sinais de curto prazo de que a inflação venha a ceder de forma significativa (na última edição, temíamos pelo aumento do IPTU em São Paulo; mesmo sem a ocorrência deste fato, as pressões continuam).

Em função do quadro inflacionário verificado, o Banco Central sinalizou que deverá prosseguir no processo de alta da meta da taxa básica de juros – Selic – ao longo do ano. Em outras palavras, o Governo abandonou por completo o cenário de que a alta da inflação era transitória e passou a atuar mais efetivamente com a política monetária.

Esse processo deve combalir ainda mais o crescimento econômico brasileiro. O ano de 2013 foi marcado por um conjunto de frustrações nesta área. As expectativas de crescimento mais expressivo do PIB foram recorrentemente revistas, já que os indicadores de crescimento mostraram um desempenho medíocre para a nossa economia.

O ritmo da atividade econômica não sinalizou, em momento algum, uma perspectiva de retomada mais robusta, e o que se viu foi um ano frustrante em termos de crescimento do produto e da renda.

A entrada de 2014 não enseja perspectivas mais positivas. O final do ano passado foi marcado pela frustração das vendas de Natal. O elevado grau de endividamento das famílias brasileiras neste momento esgotou a fórmula do Governo de estimular o crescimento brasileiro pela via do consumo das famílias. O reflexo disso é que, mesmo com a taxa de juros relativamente baixa, a reação do consumo foi pífia. Esse quadro tende a se agravar neste ano, com o processo de aperto da política monetária em curso.

No âmbito das contas externas, as notícias também não são positivas. O saldo comercial brasileiro ficou muito apertado, e o resultado das transações correntes ampliou seu déficit ainda mais no ano passado. Esse fenômeno aumentou ainda mais a dependência brasileira do fluxo de capitais externos que ingressam no País. Os maiores riscos nesse âmbito advêm de uma potencial inversão do fluxo de capitais externos que teria impactos significativos sobre a cotação do dólar.

Uma eventual depreciação acentuada do real frente ao dólar norte-americano terá efeitos colaterais sobre o já pressionado quadro da inflação brasileira. Isso se deve ao fato de que a alta do dólar impactaria os preços dos bens comercializáveis com o exterior no mercado doméstico, pressionando-os ainda mais. Em outras palavras, caso esse quadro se verifique, o Banco Central terá que fazer um esforço maior em termos de política monetária para trazer a inflação brasileira para o centro da meta.

Porém, as maiores dificuldades da economia brasileira na atualidade residem no âmbito fiscal. Analisando por uma perspectiva histórica recente, desde 1999, o governo brasileiro fez um esforço considerável em termos de geração de um resultado primário superavitário expressivo. Destaque-se que a maior parte deste esforço veio pelo lado do aumento da carga tributária, que foi elevada consideravelmente no Brasil desde então. A construção de resultados primários superavitários esteve na base de uma melhora substancial da percepção da economia brasileira ao longo deste período. A relação dívida pública/PIB caiu consideravelmente ao longo desses anos, o que fez com que a percepção do risco Brasil tenha melhorado muito nos últimos anos.

No entanto, os gastos do Governo cresceram consideravelmente na atual gestão, o que deteriorou o quadro das contas públicas brasileiras. O resultado primário do setor público caiu enormemente, e a confiabilidade nas estatísticas públicas também se deteriorou. Com isso, a percepção sobre a economia brasileira tem mudado consideravelmente nos últimos meses. Cogita-se seriamente uma revisão para baixo da classificação de risco do Brasil mais adiante.

Porém, mesmo ante esses desajustes e desafios, o ano de 2014 embute dificuldades enormes para o Governo mudar a direção para uma política econômica mais conservadora e pautada por maior controle dos gastos públicos, pois os gastos com os eventos esportivos prosseguem, e – não pode deixar de ser considerado – este é um ano eleitoral. ■

* Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/EESP)